


A VONTADE, A CRIAÇÃO E A IMAGINAÇÃO: REVISÕES E REFLEXÕES ACERCA DAS TEORIAS DE NAÇÃO DE ERNEST RENAN, ERNEST GELLNER E BENEDICT ANDERSON.

*Daniel Lorenzo Gemelli Scandolara*¹

Resumo

Este artigo pretende fazer uma breve explicação e análise das considerações teóricas formuladas por três pensadores da nação e do nacionalismo: Ernest Renan, Ernest Gellner e Benedict Anderson. Neste sentido, enfatizam-se as principais contribuições de cada um, como agregaram ao debate do campo de estudos e trouxeram noções que ainda dialogam com nossas percepções cotidianas. Ao final da análise teórica, as conclusões adotadas por este artigo baseiam-se na ênfase do diálogo entre os três autores e em como as noções trabalhadas por Renan, Gellner, e Anderson não necessariamente são conflitantes e podem ser entendidas de forma complementar.

Palavras-chave

Nação;
Nacionalismo;
Gellner;
Anderson;
Renan.

WILL, CREATION AND IMAGINATION: REVIEWS AND REFLECTIONS ABOUT ERNEST RENAN, ERNEST GELLNER AND BENEDICT ANDERSON THEORIES OF THE NATION.

Abstract

This article intends to make a brief explanation and an analysis of the theoretical considerations formulated by three thinkers of the nation and nationalism: Ernest Renan, Ernest Gellner and Benedict Anderson. In this sense, the main contributions of each one are emphasized, how they added to the debate in the field of studies and brought notions that still dialogue with our daily perceptions. At the end of the

Keywords

*Nation;
Nationalism;
Gellner;
Anderson;
Renan.*

¹ Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Mestrando em História pela Universidade de Brasília. E-mail: danieugescan@gmail.com.

theoretical analysis, the conclusions adopted by this article are based on the emphasis of the dialogue between the three authors and on how the notions worked by Renan, Gellner, and Anderson are not necessarily conflicting and can be understood in a complementary way.

Introdução

A nação “moderna”, tal como a imaginamos e entendemos, não é um fato imemorial. Ela descende de um processo histórico complexo que permitiu que esta “entidade” que nos parece tão comum se encorpasse em um construto ideológico tão firme a ponto de parecer-nos algo que “sempre esteve por aí”. Os estudos acerca da forma, origem e propósito da nação podem ter se intensificado e “profissionalizado” ao longo do século XX, porém isto não significa uma resposta de que, em tempos anteriores, o objeto “nação” não tenha instigado estudiosos à sua compreensão. Voltemos ao século XIX: em um período de conturbações políticas no oeste europeu, o francês Ernest Renan proferiu uma breve palestra na Sorbonne² que ganhou a posteridade como um dos textos mais discutidos sobre “teoria de nação”, talvez, justamente, por entender a nação como um fenômeno “moderno”³. Renan não renega, todavia, o fato que este corpo moderno derive de uma movimentação histórica anterior à Modernidade que colocou as bases para os corpos nacionais.

Neste sentido, o ponto fundamental foi a interação provinda das tribos germânicas invasoras do Império Romano, um fenômeno a partir do qual o senso de nacionalidade adequado ao nascimento em um lugar começou a “gestar-se”. O processo é explicado em detalhes: ao passo em que os “bárbaros” se tornaram bem-sucedidos na posse das terras invadidas e, portanto, dinamitaram a comunidade romana; os territórios passaram a ser, cada vez mais, individualizados. Neste sentido, os conquistadores atribuíram a estas áreas nomes referentes a si mesmos e fixaram novas fronteiras aos poucos - sem, todavia, alterarem a composição racial local. O Tratado de Verdun⁴, datado de 843, é reconhecido por Renan como um evento histórico significativo por significar a fixação, ainda que não absoluta, das fronteiras do oeste europeu, indicando o fortalecimento da “condição

² A teoria de nação de Renan é registrada em apenas um documento, resultado de uma conferência proferida por ele na Sorbonne em 1882. Como veremos, as ideias de Renan possuem um cunho agregador não por acaso, pois se inserem em um contexto histórico de embates pela região da Alsácia e Lorena com os alemães. Pode-se interpretar que sua disposição da nação como uma espécie de “acordo político” viria como uma preocupação para arrefecer o revanchismo francês ou para fortalecer os reclames franceses sobre a região, de maioria germânica. Vale lembrar que Renan está temporalmente situado também em um contexto de teorias raciais de nação discutidas no continente europeu, as quais ele não adere.

³ Este é um fator destacável, pois os estudos que prosseguiram-se no âmbito acadêmico, em sua grande maioria, consideram a nação como um fruto da Modernidade (Nascimento, 2003).

⁴ Datado de 843, tripartiu o Império Carolíngio nas mãos de Lotário, Luís e Carlos, netos de Carlos Magno.

territorial” dos ancestrais germânicos, mas, até que os netos de Carlos Magno tripartissem o Império Carolíngio, um fenômeno identitário fundamental já havia se iniciado no seio destes territórios: um lento, mas gradual, processo de redefinição dos sentidos de naturalidade das regiões germanizadas, simbolizando que os herdeiros dos tronos dos antigos conquistadores já eram algo diferente de seus ancestrais - ou seja, já eram cristãos e falantes de uma língua neolatina. Nesse sentido, ao longo dos séculos, processos de miscigenação entre as raças governadas foram se sucedendo⁵ e, com essa gradual mescla de raças, os sentidos de territorialidade redefinidos: logo, nascer naquele território era o que lhe dava a sua definição de identidade. Não importava se, para usarmos o exemplo francês, alguém descendia de francos, e sim que todos os nascidos ali eram, agora, franceses, mesmo com as divisões de classe.

Nota-se aí, então, o sentido distante de nacionalidade que conhecemos, e esse “molde”, que perpetuou-se, é essencial para o entendimento moderno de nação, de acordo com Renan. Porém, como separar nacionalidade do corpo político-identitário que lhe permite existência? Ambos são inseparáveis, e nações, em si, têm um passado de formação: a “medida” para o seu nascimento são os *esforços prévios*, que podem partir de diversas origens, significando que nações podem se formar de uniões políticas ou não e que diferentes agentes podem estar envolvidos. Muitas nações, explica Renan, historicamente tiveram origem de iniciativas dinásticas, como no caso francês, já outras se formaram sem a atuação de um ator desta natureza. Com isso, nos casos onde a nação se formou a partir do esforço dinástico, não é imperativo que o monarca se estabeleça permanentemente como um elo de união nacional, pois no fundo ele não é realmente o substrato que rege aquela união⁶.

Se temos uma noção teórica básica de que nações se originam de esforços heterogêneos que podem ou não trazer um “lôcus” de junção coletiva ao sentimento nacional, qual o substrato teórico de uma nação, este “corpo” que pode ou não depender deste lócus para existir? Renan começa a expor algumas das cartas: o “esquecimento” e o erro histórico são fulcrais para a “saúde” de uma nação⁷. Toda nação tem uma fundação a partir de eventos “palpáveis” e toda nação usa de certos eventos como substrato para sua consolidação e perpetuação - é a natureza do entendimento destes que pode ser “turva”, por assim dizer, e desconectar o evento da realidade concreta que o acompanhou. Neste sentido, o evento dá lugar ao mito, um recurso muito efetivo para gerar agregação na imaginação humana, e os fatos históricos ficam pelo caminho em prol de uma narrativa que melhor sirva aos propósitos nacionais. Uma narrativa heroica ou

⁵ Ao ponto de ficar difícil significar o que era, por exemplo, “o franco puro”.

⁶ Nesse sentido, a França pôde romper com a monarquia e continuar sendo uma nação. Mas é interessante como, em alguns casos, mesmo que o monarca seja um elo - mas não elo profundo da união - nações podem se conectar profundamente à sua figura, a ponto de que a ruína desta pode ser catastrófica para a nação - o caso holandês, em sua opinião, é ilustrativo nesse sentido (Renan, 1997, p. 162).

⁷ Não deixemos de entender estes dois pontos também como integrantes de um processo histórico, atuante no período supracitado de “solidificação territorial” a partir das invasões germânicas (Adamec, 2008, p. 25).

fabulesca do nascimento da nação, ainda que inverossímil, é mais efetiva para convencer um cidadão a morrer por ela, por exemplo⁸. O “esquecimento”, todavia, não se resume apenas à realidade de que “*a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que tenham esquecido muitas coisas*” (RENAN, 1997, p. 162); e simboliza, igualmente, que os “filhos da nação” devem esquecer sua ancestralidade prévia (caso haja) a ponto de se sentirem imediatamente “nacionais” do lugar de onde nasceram, por mais que possuam origens genealógicas ligadas a outras nações. “Esquecer”, então, significa apagar o inconveniente ou reinterpreta-lo a um ponto que fortaleça ou não dane o sentimento nacional, e, não à toa, “*nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifal ou visigodo; todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu e os massacres do sul no século XIII*” (RENAN, 1997, p. 162).

O fato de nenhum cidadão francês saber se é burgúndio, alano, taifal ou visigodo nos permite perceber outra faceta da nação: ela não segue nenhum tipo de vínculo étnico. A ancestralidade racial não é e não pode ser o que define a nacionalidade de alguém, até porque, como já podemos ter percebido, na visão renaniana, etnias nada mais são do que seguidos padrões de mesclas entre diferentes. Nesse sentido, a etnia é talvez o fator que Renan mais rejeite como um “definidor da nação”, uma vez que nunca existiu ou existirá uma raça “pura”, acabando por ser este, portanto, um “critério” que não dá legitimidade alguma para reclames territoriais ou para criação de nações. Mas há também outros fatores julgados insuficientes: a língua, tal como a etnia, não fornece tal segurança, já que línguas, apesar de “convidarem à reunião”, nunca foram, na história, posse de nenhuma raça específica⁹. Religiões, por sua vez, também falham em fornecer tal substrato: os tempos modernos as descolaram do Estado, e elas se tornaram assunto privado. Com isso, ninguém mais é francês porque é católico, por exemplo, e, portanto, pode-se ter diversas religiões - dada a pluralidade delas no mundo atual - e ainda assim ser francês. Os interesses e a geografia, por fim, também não dão conta do recado: interesses, apesar de serem um laço forte entre os homens, não dispõem da faceta sentimental necessária para a criação de nações; a geografia, por sua vez, não funciona como um limite para as nações, uma vez que estas funcionam como corpos imaginativos e por isso não se limitam à esta ou àquela fronteira. Isto não quer dizer que as nações não possuam fronteiras mínimas: a questão é que não

⁸ Justamente neste sentido que o avanço dos estudos históricos, informa Renan, são perigos à nação, por poderem desmistificar ou revelar a verdade histórica por trás de muito da memória nacional, que precisa, muitas vezes, que haja uma inverdade ou uma verdade mal colocada para se formar, consolidar ou perpetuar sua condição nacional. Muitos anos depois, Eric Hobsbawm adotou uma narrativa semelhante em “Não basta uma história de identidade” (1998).

⁹ Segundo Renan, línguas são simplesmente corpos de palavras que não possuem dono, mas sua vinculação restrita a uma etnia existe, usada como artifício político. Se se tomasse o raciocínio de que uma língua pertence à uma etnia específica, então nações de mesma língua, defende Renan, teriam que existir como uma nação só ou nações com mais de uma língua não seriam nações - “regras” não-observáveis na prática. Interessante notar o caráter político, defende Mello (1999), por trás da falta de apoio de Renan aos critérios etnia e língua. A época em que profere a sua conferência “Que é uma nação?”, 1882, insere-se no período de intensos debates entre franceses e alemães acerca da posse da Alsácia-Lorena, fruto de disputas históricas entre ambos. O principal argumento alemão para reclamar legitimidade sobre o território era a maioria de população alemã na região. De fato, ao tratar de raça, Renan é direto em condenar as teorias de germanidade em voga na época.

se deve usar da geografia como um fator absoluto, territórios não pertencem *naturalmente* à uma determinada nação e a natureza destes é sempre relativa¹⁰.

Tudo isso nos leva a várias perguntas: o que realmente, então, define a nação? Qual seu critério “universal”? Afinal, o que é uma nação? Para a concepção de Renan, toda nação é um corpo social, uma comunidade, possuidora de memória de eventos passados - a memória nacional -, a qual referenda seu presente, entendido como uma realidade permeada pela vontade de viver em conjunto. Olhando para o passado, a nação se projeta para o futuro, no intuito de repetir as glórias que compõem essa memória - afinal, a nação surge de eventos, esforços e sacrifícios¹¹. Em outras palavras, essa memória referenda o presente, autoriza a “marcha” pelo futuro e a solidariedade comunitária, a qual se torna, neste contexto, algo simplesmente natural. Um olho no passado e outro no futuro, em busca da repetição.

O elemento essencial, que não podemos perder de vista, é ainda a *vontade coletiva*. Por “vontade coletiva”, a vontade dos “nacionais” de viverem juntos como membros de uma unidade, podemos perceber que há um processo consensual e notamos o principal elo que une, possibilita, e perpetua a nação. Por isso, então, pode-se notar que há um profundo senso de pertencimento nesse ambiente, medido por essa vontade, de modo que as pessoas, por mais que seja forte a memória coletiva, pertencem à nação enquanto aquilo lhes desperta pertencimento. Aqui temos, talvez, o ponto mais importante: o corpo social está continuamente avaliando sua condição nacional - os cidadãos diariamente avaliam-se como “nacionais” ou não. É por isso que “*a existência de uma nação é um plebiscito de todos os dias*” (RENAN, 1997, p. 174) e é a partir deste processo de “autoavaliação” que a nação pode ser definida ou redefinida.

Apesar de ponderar alguns critérios, a definição de Renan é muito mais “filosófica” do que metodológica, mas permite a abertura para temáticas, como o pertencimento, que seriam melhor estudadas e definidas academicamente. Todavia, um dos grandes pontos que faltantes na concepção de Renan é o papel do nacionalismo como ator histórico ou elemento componente da nação. Este “silêncio” deixado pelo historiador francês foi muito explorado no século XX por acadêmicos de diferentes vertentes ideológicas, entre eles Ernest Gellner¹², que se

¹⁰ Afinal, qual a natureza de um rio? Uma montanha realmente separa nações? Um rio, na verdade, não mais agrega do que separa, pela sua incontável fonte de vida? Não há nações que existem com montanhas separando partes de seu interior?

¹¹ Há heróis, mártires e personagens: aqueles a quem se espelhar. Interessante, também, nesse ponto é que no corpo de eventos que compõem a memória, Renan estipula que os lutos valem mais que os triunfos, “pois impõem deveres e obrigações ao esforço em comum” (Renan, 1997, p. 173).

¹² Gellner era um sociólogo de origem judaica, filho de tchecos germanófonos da Boêmia, nascido em Paris, e radicado no Reino Unido desde a juventude. Começa suas formulações teóricas no início da década de 60, as quais duram durante toda a Guerra Fria. Ele, um liberal, teve preocupações pertinentes em busca da refutação teórica do marxismo e, por exemplo, gostava de atribuir uma similaridade filosófica entre o nacionalismo e o marxismo, apontando a ambos uma natureza semelhante de promessas a um futuro igualitário e cheio de conjunturas redentoras - apesar de reconhecer que o nacionalismo fora um ator histórico muito mais decisivo e importante que o marxismo.

aprofundou justamente na variável “nacionalismo”. Gellner, concordante da Modernidade nacional, instala o nacionalismo como um ator histórico recente que precede a nação e, dentro de sua análise, a cultura tem um valor central para balizar a natureza deste ator. Porém, o processo de inserção do nacionalismo e da nação dentro de nossa sociedade obedece a um modelo histórico desenhado pelo próprio Gellner: na passagem da chamada “sociedade agro-letrada”¹³ para a “industrial avançada”¹⁴ é que o nacionalismo surge e começa a atuar como força transformadora.

Mas o que são estas sociedades? Ambas as sociedades simbolizam dois padrões temporais de organização política e comportamento sociocultural. Podemos diferenciá-las nos seguintes pontos: como o prefixo “agro” já acusa, a primeira sociedade é essencialmente agrária, de produção para estocagem, com baixo índice de inovação, e malthusiana. O trabalho é físico e a falta de instabilidade contínua no campo da inovação engessa gerações nos mesmos ofícios, mas há um lócus bem definido de poder - aqueles no topo da hierarquia social, que são letrados e possuem o controle dos armazéns de comida. Como o *status* - derivado da natureza da cultura -, aqui, confere poder, o homem nessa sociedade é seu posto, o que torna improvável sua mobilidade social¹⁵. Na sociedade industrial avançada, por sua vez, as variáveis se modificam: a produção já alimenta a todos; os sentidos de hierarquia se alteram; o trabalho dinâmico exige pessoas com qualificações diversas e os postos sociais não são engessados. O trabalho não é mais físico como era no estágio anterior e cada ser é transformado em um ser de cultura por meio de um programa de educação padronizado em uma cultura “superior” específica, dita nacional; sendo o principal agente a promover tal programa o Estado. Nessa sociedade, o nacionalismo, já desenvolvido ao longo dos séculos, perde sua força e se torna um assunto da esfera privada ou de ambientes controlados¹⁶, mas o senso de nacionalidade está presente: ele e o crescimento

¹³ Gellner, ao longo de seus trabalhos, não nomeia essa sociedade da mesma forma: sua rotulação varia entre simplesmente “agrária”, “tradicional” e “agro-letrada”. Optamos por usar a terceira nomeação por julgar que esta revela de modo mais completo, a priori, a natureza dessa sociedade e por ser a última nomenclatura que o autor usou em vida. Vale lembrar que em “*Nations and Nationalism*” (1983, p. 04) Gellner também menciona uma sociedade pré-agrária, anterior às duas. Essa, contudo, não tem muita importância dentro do contexto de análise do papel da cultura, central dentro do entendimento de nacionalismo para Gellner, e pode por isso ser omitida.

¹⁴ Ou somente “industrial”.

¹⁵ Adicionemos uma característica prévia quanto aos corpos políticos: a ideia de Estado existe, mas ele é uma opção política, e não uma regra. Todavia, é ela uma ideia bastante popular e varia em sua natureza política, sendo que, ao longo da história, “*alguns desses Estados foram fortes e outros fracos, alguns foram despóticos e outros cumpridores de leis*” (Gellner, 1983, p. 05). De todo modo, mesmo variável, durante o período histórico que regeu a sociedade agro-letrada, o modelo de unidade política mais comum foi a monarquia (Gellner, 1997). Isto é contrário à sociedade industrial avançada, onde o Estado é uma norma - onde é permitido diversos arranjos políticos, dentro do molde estatal.

¹⁶ O que não quer dizer que não haja nacionalismo. No Estado-nação moderno e desenvolvido, relata Gellner, podem ainda surgir manifestações nacionalistas contra a homogeneidade cultural propagada por ele (Gellner, 1981a). O ponto é que ele, nessa situação, não tem a força política que tinha antes, uma vez que o avanço da industrialização proporcionou uma prosperidade mínima a todos e uma convergência cultural mínima entre as nações, os quais minaram grande parte dos seus sentimentos étnicos nas relações interpessoais, que fornecem o grande espaço

econômico constante e cada vez maior são o que legitimam a ordem social¹⁷. Aqui, o Estado-nação já é uma norma política, e ele significa um casamento entre Estado e nação¹⁸, sendo o primeiro um aparato político que existe para proteger e perpetuar a segunda, que possui fronteiras definidas e mobilidade interna¹⁹. Podemos, portanto, perceber que a sociedade industrial avançada é a sociedade do mundo atual em que vivemos.

O ponto central da análise quanto à dinâmica dessas duas sociedades diz respeito ao papel da cultura: enquanto na primeira ela é um fator socialmente divisor, existindo dois tipos de cultura²⁰; na sociedade industrial avançada, onde já há o nacionalismo, a cultura une os homens, justamente porque todos são formados por um quadro de educação padronizado numa cultura superior²¹. Na análise de Gellner, foi preciso que a sociedade agro-letrada decaísse²² para que o nacionalismo fosse possível, sendo o início do processo de industrialização²³ completamente

para atuação do nacionalismo. Além disso, ele adiciona, num Estado-nação de industrialismo avançado, a cultura superior já se tornou tão minimamente homogênea que já é entendida como “a” cultura da nação. Nesse sentido, o Estado pode até se sentir suficientemente confortável para permitir outras manifestações culturais, por exemplo, ou que surjam pessoas biculturais. Nota-se, também, que num estágio assim as preocupações dos cidadãos não estão mais tão envolvidas quanto aos assuntos nacionais. Ninguém mais está intimamente comovido com as fronteiras históricas da nação, por exemplo, e sim com que o Estado garanta as ferramentas de prosperidade social contínua e de liberdade de expressão e segurança de suas comunidades internas. Isso não quer dizer que todos os Estados nacionais se encontrem em estágios tão avançados.

¹⁷ Na sociedade anterior, Gellner afirma que o que legitimava a ordem era a natureza, a qual não tinha uma faceta explorável, tal como entendemos atualmente.

¹⁸ Como veremos, esse casamento é historicamente fruto do nacionalismo, pois ele é o princípio, para Gellner, que advoga da congruência entre Estado e nação.

¹⁹ Além de garantir essas questões, o Estado nacional deve assegurar um crescimento econômico contínuo.

²⁰ Gellner nomeia estas duas culturas como “inferior” e “superior”. A cultura superior é aquela que é transmitida por meio da escrita, por meio do ensino formal, sendo padronizada e modelada. A inferior não possui padrão, é um corpo de práticas transmitidas pelo convívio; é a cultura do dia-dia, geralmente a das tradições populares. No âmbito da sociedade agro-letrada, portanto, os homens no topo hierárquico são aqueles de cultura superior, que possuem a alfabetização. Necessário adicionar, também, que Gellner fala em sentidos e não, necessariamente, em corpos coesos. Isso se aplica especialmente ao caso “inferior”: é possível que ela possua culturas diferentes, dialetos, etc; sua definição como um grande bloco cultural não é a atribuição de falta de idiossincrasias, mas sim que todas as idiossincrasias, se existirem, comungam de um conjunto de práticas e entendimentos que são tipicamente “inferiores” (Gellner, 1997).

²¹ Mesmo que haja sempre um índice daqueles que não são aglutinados. Gellner explicita que possuir a mesma cultura é uma das condições necessárias para que o mundo do trabalho, no industrialismo avançado, possa ser regido de maneira harmônica. Assim, todas as pessoas possuem a mesma linguagem em sua interação.

²² Isso historicamente falando, sendo ela, nesse sentido, um padrão político-social que durou por milhares de anos. Logo, Gellner não exclui que a sociedade agrária pode também ser entendida como um padrão social permanente, e que, por isso, possa existir até a atualidade, inclusive dentro de Estados com industrialismo avançado.

²³ Todavia, é importante frisar que alguns eventos, ocorridos ainda na época de domínio da sociedade agro-letrada, foram determinantes para que pavimentassem o terreno para o nacionalismo, ao prepararem ou induzirem a passagem para o mundo industrial: são eles a centralização burocrática das monarquias e o universalismo e institucionalismo religiosos, sobretudo ancorados na Reforma Protestante. O primeiro deles deriva da transformação das estruturas político-sociais europeias, que, *grosso modo*, passam de uma ordem feudal para uma “absolutista”. Tal consolidação do modelo absolutista, destarte, traz consigo o uso

fundamental para tal, uma vez que a este levou-nos ao modelo social atual e, ao mesmo tempo, possibilitou a emergência do nacionalismo. A industrialização, explica Gellner, foi, durante seu processo de desenvolvimento, extremamente desigual e criou as condições sociais para que os nacionalistas tomassem os espaços públicos. É necessário lembrar que o processo de industrialização teve diferentes estágios ao longo de seu desenvolvimento, mas que ele já simboliza a passagem de um modelo social para outro²⁴. Gellner contabiliza cinco estágios pertencentes a esta transição: o primeiro e mais primitivo deles diz respeito a um ambiente social onde a ideia de etnia é ainda muito pouco visível, quase não existindo qualquer ligação desta a sensação de legitimidade política. Este estágio é fruto de uma série de mudanças político-econômicas, ocorridas por mais de um milênio²⁵, que “pavimentam o terreno” da industrialização, denotando, igualmente, que o mundo deste período já é pesadamente distinto do corpo de unidades da sociedade agro-letrada²⁶. Isto, porém, não alterou o conceito político-administrativo amplamente reinante de regência dinástica, de modo que a determinação de unidades políticas e de suas fronteiras seguiu sendo regida por esse conceito.

Ainda que sem esta “ruptura”, as condições já estavam postas para a inflexão e no segundo estágio transicional, já ambientado no século XIX, é propriamente onde o nacionalismo surge e com ele o ideal de Estado-nação. Entende-se que a nação é um corpo social onde todos participantes comungam de uma cultura determinada, um lar de uma gama de membros de uma cultura, e que as culturas vivem em competição por territórios. Neste ambiente belicoso, surge a percepção de que cada nação precisa ter sua “cobertura política”, seu Estado, e os movimentos nacionalistas explodem com uma forte vinculação étnica e com uma retórica de emancipação nacional nessa direção de “individualização estatal”.

administrativo disseminado da escrita, o qual já começa a gerar um vínculo entre uma sociedade centralizada e uma cultura superior letrada, normativa e codificada, vínculo tal que se aproxima do caráter que o nacionalismo predicará no século XVIII. A Reforma (e também talvez o Renascimento) traz uma série de consequências que parecem remeter ao perfil social do nacionalismo, o qual tem certa afinidade com a defesa dos protestantes das línguas vernáculas e a difusão da alfabetização, além da possibilidade de contato direto, em uma língua inteligível, do fiel com as Escrituras Sagradas. O ideal de “uma cultura, um Estado”, característico do nacionalismo, familiariza-se, por sua vez, com as conquistas referentes à criação de cleros nacionais (e não mais internacionais) e à disseminação da condição do letrado por toda a sociedade (Gellner, 1997, p. 143).

²⁴ Necessário fazer um parêntese prévio a respeito dessa questão da transição, possível pela industrialização: Gellner não a vê como uma “virada de página”; isto é, que o primeiro estágio da transição signifique que a sociedade agro-letrada não mais existe ou que o último estágio signifique que a sociedade industrial avançada só comece a “funcionar” a partir do fim deste. Na verdade, as mudanças sociais se comportam de maneira fluida e não-abrupta, de modo gradual, mas igualmente desigual e esparso. A “passagem” (se é que se pode apontar um momento particular absolutamente claro de passagem) é um processo sensível. Necessário ter-se se em mente, também, que nessa trajetória o industrialismo está se desenvolvendo e na medida em que ele vai criando condições sociais mais igualitárias, as ambições nacionalistas vão diminuindo.

²⁵ Exemplos desses ocorridos provocadores de mudanças Gellner (1997, p. 121-2) fornece aos montes: a Reforma Protestante, a fragmentação feudal e a centralização das sociedades, a burocratização do aparato estatal, a intensa urbanização, a revolução científica, a alfabetização (e seu uso para fins seculares), dentre tantos outros que se seguem. Gellner situa o “ponto limite” deste estágio como precedente à Revolução Francesa

Conceitualmente falando, podemos constatar que um processo de “engenharia nacional” veio à luz neste período - ou seja, os nacionalistas criaram as nações que juraram defender e emancipar. Estes homens, em grande medida membros de uma classe média descontente, valendo-se de um extremo processo de etnografia das culturas populares, naturais dos territórios a que pertenciam, padronizaram e transformaram tais culturas em culturas de tipo superior, e, logo, atribuíram ao casamento do espaço físico com a cultura “escolhida” o *status* de “nação”. Todavia, do ponto de vista histórico, explica Gellner, o nacionalismo, apesar de ter sido possibilitado pelas condições sociais de industrialismo incipiente próprias deste estágio, foi, momentaneamente, uma experiência malsucedida, uma vez que seu intuito político principal (o casamento entre Estado e nação) não ocorreu em larga escala. A explicação está nas próprias condições do industrialismo que ainda não permitiam uma condição desigualdade econômica profunda a ponto permitir ao nacionalismo a aglutinação de grandes movimentos de massa ou a força para mudanças territoriais em larga escala.

O sucesso almejado foi postergado para o terceiro estágio, que quando veio, veio de forma arrebatadora: nesta nova fase, por facilitação da nova ordem mundial pós-Grande Guerra, o nacionalismo tem amplo sucesso e diversos Estados nacionais surgem. Porém, a conquista de uma “entidade política” é um princípio e não um fim, um axioma que a herança dos problemas internos provindos das ordens dinásticas desmanteladas mostra bem aos nacionalistas, que não deixam, todavia, de se estabelecerem como nova elite dirigente. Logo, os conflitos étnicos não se extinguem²⁷ por simplesmente haver novas coberturas políticas e os nacionalistas, a esta altura e, com isso, os novos Estados estabelecem-se em bases fracas. Nota-se que isso ocorre basicamente no que Gellner nomeia como “terceira zona temporal”, nas áreas dos antigos impérios multiétnicos do leste europeu que deixaram de existir a partir dos fins da Grande Guerra²⁸.

²⁷ Até porque, lembra Gellner, o mapa etno-linguístico europeu era complexo demais para permitir uma solução ótima a todas as minorias étnicas.

²⁸ Gellner explica que, nesse ponto, é preciso fazer um parêntese, pois a formação dos Estados nacionais europeus não se deu da mesma forma que nessa parcela do território europeu. Em alguns casos, e aí se fala do extremo oeste europeu - França, Inglaterra, Portugal, Espanha, basicamente - os Estados nacionais são anteriores à chamada “era do nacionalismo” - justamente esse período que, dura cerca de 100 anos, que acaba com as conquistas das coberturas políticas. Nesta região, chamada “primeira zona temporal”, a partir de um processo de expansão de centros dinásticos com uma cultura superior já definida, solidificam-se Estados com natureza muito semelhante à do Estado nacional, ao provocarem uma homogeneidade cultural baseada nesta cultura superior já estabelecida sobre as culturas camponesas. No que seria a “segunda zona temporal” o processo de estabelecimento de Estados nacionais se dá por meio de conquistas militares e diplomáticas, em um busca de unificação territorial a partir de agentes pré-definidos, os quais já tinham uma cultura superior bem definida e não tinham a mesma natureza social dos nacionalistas da terceira zona. Aqui falamos, então, de Itália e Alemanha. Nota-se que em nenhuma dessas duas zonas houve um processo de etnografia tal como na terceira: a cultura popular não era interessante; era, na verdade, ignorável. No que seria a quarta zona, referente ao Império Russo, o nacionalismo não pretendia abolir o Estado ou refundá-lo, tampouco destruir a identidade cultural nacional já bem estabelecia em torno de uma Igreja nacional; mas sim redefinir a identidade cultural do que era ser russo, pelas mãos de um populismo eslavófilo ancorado em etnografia do povo eslavo rural. O nacionalismo, portanto, se comportou como uma espécie de “mescla” de elementos da primeira e terceira zonas, e batia de frente com a cultura ocidentalizada da corte. Mesmo com estas particularidades,

No quarto estágio, o nacionalismo ganha um grau de violência extremado, se alia a intenções expansionistas e as sensações étnicas desenvolvem-se a ponto de se buscar a últimas consequências numa escala jamais vista. Como relata Gellner, há diversas formas de se provocar homogeneidade cultural - não apenas o programa de educação - e o quarto estágio é marcado pela ascensão de regimes que levam ao extremo artifícios de homogeneização, como o extermínio em massa e a limpeza étnica - o resultado disto é a reordenação, pelas mãos do nacionalismo, do mapa étnico da Europa. Sendo tal virulência arrefecida apenas com o fim da II Guerra Mundial, o quinto estágio, iniciado logo após, surge juntamente com a redefinição da ordem mundial, baseada em padrões de consumo e pujança econômica que solapam os ideais expansionistas: para saúde e sobrevivência nacionais não era mais necessário território. É neste estágio, portanto, que se solidifica a sociedade industrial avançada e, assim sendo, é aqui que o nacionalismo passa a ter um papel pouco a pouco arrefecido, a partir do momento em que o industrialismo vai se tornando mais desenvolvido.

Esta é a explicação de Gellner de como o nacionalismo se desenvolveu ao longo da história²⁹, sempre vinculado a um fator étnico, e grande parte dessas explicações enriquece sua própria definição teórica, onde o ponto central é a invenção da nação pelo nacionalismo. O exemplo da terceira zona temporal, se visto mais profundamente, é o mais ilustrativo da teoria do processo de invenção artificial que predica a teoria gellneriana. Gellner explica que antes mesmo de se predicar a nação há o que se nomeia “construção da nação”, um processo mecânico e consciente, perpetrado por líderes nacionalistas, onde o nacionalismo defende um “despertar” contra-assimilatório que não passa de um fingimento: os líderes desses movimentos fabricam nações, que não existem imemorialmente, como se veicula. A participação de “agentes do despertar” - ou seja, educadores, ativistas, propagandistas, que não necessariamente pertencem à cultura pela qual legislam e que agem de modo autônomo³⁰ - é essencial, pois se ocupam de adotar uma cultura popular local - mas que, por ser de tipo inferior, precisa ser padronizada e normatizada - e de liderar a agitação social. Para isso, é preciso de um profundo processo etnográfico anterior, de conhecimento e estudo profundos da cultura em questão, para então normatizá-la e torná-la retoricamente apta. A retórica desses agentes se alia ao como identificam a natureza da daquela nação “a despertar”; isto é, se aquela nação é “histórica”, a qual já teve um Estado próprio e requer, por isso, seu renascimento; ou “não-histórica”, que jamais teve seu

Gellner não crê numa refutação de sua teoria, uma vez que em todos os casos os Estados nacionais assumiram a mesma natureza: as fronteiras culturais e políticas são as mesmas, cada cultura tem e deve ter sua própria cobertura política, um Estado protetor, legítimo pela proteção e garantia dessa cultura, tal como pelo crescimento econômico contínuo. O exemplo da “terceira zona” será lembrado mais a frente, pois ele se confunde com a própria teoria de Gellner quanto à nação e ao nacionalismo - justamente porque o autor formula sua teoria avaliando o leste europeu -, e precisa ser pensado, por isso, com mais minúcia.

²⁹ A esta altura já nos é claro, mas vale reiterar: o padrão de análise de Gellner sempre foi a Europa.

³⁰ Ou, se estiverem organizados, orientados por organizações não apoiadas pelas autoridades políticas existentes, já que eles ainda não dispõem de um Estado que os ajude a cumprir com seus compromissos (Gellner, 1997, p. 138).

Estado, tendo que criar sua unidade política em parâmetros apenas culturais, sem auxílio histórico (Gellner, 1997, p. 138).

Na prática, o fato da nação ser ou não-histórica não é realmente uma barreira intransponível para a pretensão nacionalista, ajuda apenas no conteúdo do mito nacional: se histórica, ela pode se ancorar e exaltar glórias passadas - como uma façanha em batalha, por exemplo. Assim sendo, a depender de como identificam essa natureza nacional, os “agentes do despertar” se comprometem a lembrar das glórias passadas ou a autoconscientizar a nação em relação à sua existência cultural, sem o auxílio legitimador de uma história política prévia. Nesse sentido, podemos igualmente notar que os nacionalistas, dentro de todo o processo de construção, criam a memória e a consciência nacionais e, destarte, como algo minimamente superior, as culturas podem ser “vendidas” como, na verdade, “nacionais” e as massas conscientizadas nesse sentido.

Essencialmente, essa é a relação teórica entre nação e nacionalismo para Gellner: a nação é criada pelo nacionalismo, pelas mãos de “agentes do despertar”, em um movimento consciente de transformação de uma cultura inferior em uma superior padronizada e normativa, previamente etnografada, possível de ser adotada e protegida por um Estado, o qual, por sua vez, que quando “conquistado”, a transmite por meio da educação universal. Essa fusão entre nação e Estado é o Estado nacional e o Estado existe para funcionar para e em prol da nação, pois as culturas competem por territórios e o mundo atual não permite que nações não possuam suas “coberturas políticas” próprias. Assim sendo, a nação simboliza um grande conjunto de desconhecidos, de indivíduos anônimos, que professam de uma cultura superior que a define, um contingente humano consciente de si e culturalmente definido.

Percebamos, então, de modo mais claro, que o nacionalismo é um princípio político incansável de buscar a união entre um Estado e uma nação, e por isso esforça-se em manter toda essa engenharia social - sendo que o nacionalista se sente irado ou satisfeito a depender de se essa união é respeitada ou não³¹. Assim, há toda uma artificialidade gritante no ar: não há “despertar” algum como falado pelos “agentes”, não há imemorialidade e, tampouco, a nação estava “dormindo”; o que há é fabricação e invenção³² - o que existia era apenas uma cultura popular desregulada sem vinculações políticas, que serviu de base para uma apropriação e virou “nacional”. Fica evidente, então, que, para Gellner, as nações - e até o próprio Estado - são contingências históricas: nunca chegaram a ser algo que sempre existiu, um atributo inerente da humanidade ou uma necessidade universal, como o nacionalismo crê e como, na atualidade, se parece vincular (Gellner, 1983). O ponto

³¹ Notemos que dentro desta argumentação, o nacionalismo, para Gellner, tão-somente tem essa função de buscar um Estado para a nação e que o seu maior desafio é o espaço físico, pois há potenciais nações demais para poucos territórios. Também por isso que Gellner argumenta que “*o nacionalismo não é um jogo de soma zero, mas de soma negativa*” (Gellner, 1997, p. 136) e que engana-se quem pensa que ele é uma força bem-sucedida; na verdade, a grande maioria deles fracassa.

³² A frase célebre de Gellner não deixa de ser perfeitamente ilustrativa: “*o nacionalismo não é o despertar das nações à autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem*” (Gellner, 1965, p. 177).

está em perceber, portanto, que o nacionalismo é também uma espécie de mito, não somente por advogar uma ideia de perenidade, imemorialidade e “despertar” não-naturais, mas também por ser um conceito político que determina uma realidade vindoura que não é necessariamente determinada e inevitável. Justamente por isso que Gellner vincula o nacionalismo como um dos dois grandes mitos dos séculos XIX e XX, juntamente com o marxismo (Gellner, 1997, p. 152).

Porém, seja na teoria ou na realidade, o projeto do nacionalismo só pode dar certo em condições especiais: quando as diferenças classistas e culturais se mesclam. Essa condição não era plenamente existente no período de despertar dos nacionalistas da terceira zona, por exemplo; e por isso os nacionalistas não conseguiram realizar seu projeto “redentor” em larga escala, apesar de terem provocado bastante agitação. Nesse sentido, notemos que a condição que permite a consecução do objetivo nacionalista é a industrialização, e não só isso, ela gera o próprio nacionalismo. O processo de industrialização, quando avançado, é o grande responsável por arrefecer o nacionalismo, mas, ironicamente, ele tem também sua parcela de contribuição para sua eclosão: seu estágio primitivo - ou seja, quando a industrialização está em seus primórdios - fornece a raiz do surgimento do fenômeno e as condições para seu fortalecimento, por ser extremamente desigual e propenso a tensões. Falamos na desigualdade cultural e econômica como fator primário para a possibilidade de ação dos nacionalistas e consecução de seu projeto, pois bem; é o industrialismo primitivo que permite esse contexto desigual.

Nos primórdios do industrialismo, a natureza do trabalho muda de feição: se antes ele era físico, aqui ele passa a ser “semântico” e o nacionalismo surge com essa mudança, pois essa torna a cultura comum algo importante. Tendo em vista essa existência, ele só se fortalece pela própria desigualdade inicial inerente ao processo de acesso ao mundo do trabalho semântico, tão propenso a tensões, que vem com o industrialismo primitivo e que já disparara as diferenças entre o campo e a cidade: os migrantes do meio rural³³ que ingressam nos primórdios da industrialização urbana sofrem com a pobreza, a pauperização, a má habitação e a exploração, podendo apenas oferecer a sua mão de obra a um preço risível. Temos um contexto, portanto, de distâncias econômicas brutais que despertam um ódio entre classes, já que a comparação é inevitável: os paupérrimos e explorados contra os exploradores - ou, simplesmente, os que já estavam previamente culturalmente incorporados e que detêm os meios de produção.

Todavia, por si só, esse ódio entre classes e as diferenças econômicas não produzem mudanças ou transformações nas fronteiras políticas, sendo necessária, portanto, a adesão de uma “alavanca étnica”, para usarmos a expressão de Gellner, à equação: as pessoas, diante da desigualdade, precisam ver como interessante a ideia de organizar sua própria unidade cultural estatal, o que possibilitaria a ação dos nacionalistas, mas, para isto sentirem, é essencial que previamente tenham notado alguma diferença cultural entre si mesmas e os

³³ Gellner até admite que haja casos dos trabalhadores não serem desenraizados do campo e o nacionalismo aflorar nesse meio, mas não considera que desestremem sua teoria, por serem mínimos (Gellner, 1965, p. 168).

exploradores ou mais abastados³⁴. Necessita-se, portanto, de existência de um forte ressentimento quanto ao “antagonista”, não só pela situação econômica mas também por um sentimento de desdém por motivos culturais. Esse é o empurrão que o ódio de classe precisa para dar resultado. Aí, sim, entram os “agentes do despertar” que, aproveitando-se desse contexto econômico-cultural desigual, incitam o nacionalismo separatista, nomeando as diferenças culturais como nacionais, plantam uma consciência nacional criada na mente do povo, falam em despertar da nação imemorial. É por isso que Gellner afirma que o nacionalismo tende a possuir duas bases, o proletariado e a inteligência, e que nenhuma revolução de classe ou nacional ocorreu sem que as diferenças de classe e culturais convergissem: esses dois conjuntos separadamente não provocam mudanças de fronteiras políticas (Gellner, 1965, p. 168; Gellner, 1997, p. 152).

Podemos, então, analisar, de modo esquemático, o processo de advento e consolidação do nacionalismo: a industrialização, quando primitiva, é severa nas desigualdades, em especial no acesso ao trabalho, o qual muda de feição e cria o nacionalismo. O aumento da urbanização intensifica a disparidade social, as pessoas ficam suscetíveis ao discurso nacionalista, e os nacionalistas podem atuar. A partir da “conquista do Estado”, um novo território definido e novas elites estabelecidas no poder - os próprios líderes dos movimentos nacionais -, o Estado nacional emergente deve consolidar a cultura superior, nacional e artificial, por meio de uma educação universal, a qual transforma os seres humanos em seres de cultura aptos para um mundo de trabalho semântico que se comunica a partir de um código cultural definido³⁵. Vale lembrar que a cultura nacional é baseada numa só língua - a língua da cultura inferior local apropriada durante o processo de “construção nacional”.

Além disso, podemos perceber que apesar de não vinculá-lo a uma necessidade étnica irredutível, o nacionalismo gellneriano tem um forte vínculo com a etnia, uma vez que as culturas inferiores populares e locais, apropriadas pela etnografia, muitíssimas vezes têm alguma conexão, mais forte ou mais fraca, à etnia (no caso europeu, seu recorte de análise principal, isso se aplicou várias vezes). O próprio nacionalismo, no cotidiano, aflora, segundo o próprio Gellner, por conta das pessoas sentirem que sua etnia determina seu tratamento nas relações sociais e, enquanto fenômeno histórico, ele mesmo reconhece que o nacionalismo pode ser entendido como o momento em que a etnia começa a atuar como princípio político no mapa europeu (Gellner, 1997, p. 121). Não deixemos de notar como o nacionalismo, enquanto princípio político, é resumido em “Nações e Nacionalismo”:

³⁴ Esse processo é detalhado em *Thought and Change* (1965, p. 167-8): os recém-inseridos trabalhadores no mundo industrial primitivo são paupérrimos pelas condições econômicas desiguais, mas se suas manifestações culturais (linguística, religiosa, dentre outras) ou tom de pele não são extremamente visíveis, tendem a ser incorporados culturalmente sem muito problema. Caso contrário, passam a ser desrespeitados e excluídos por parte dos privilegiados e se recolhem ao nacionalismo.

³⁵ Cabe enfatizar que este “código cultural” deve ser, explica Gellner, inflexível quando em contato com as idiosincrasias contextuais (ou seja, do dia-dia) e culturais regionais.

Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política, que exige que as fronteiras étnicas não ultrapassem as fronteiras políticas e, em particular, que as fronteiras étnicas dentro de um determinado Estado - uma contingência já formalmente excluída pelo princípio em sua formulação geral - não separe os detentores do poder dos demais (Gellner, 1983, p. 01) (tradução nossa).

Se Gellner focou-se nas questões “operacionais” do nacionalismo, por assim dizer; seu contemporâneo, Benedict Anderson³⁶, apostou nas feições mais abstratas do fenômeno, pouco explorada por Gellner. Ou seja, antes de qualquer elaboração de uma trajetória política do nacionalismo, Anderson prefere estudar as origens da possibilidade de se imaginar³⁷ a nação. Para ele, este é processo distante e complexo, iniciado na Europa, e que só foi possível através do declínio de três grandes estruturas de pensamento que limitavam a capacidade humana de se imaginar em comunidades particulares³⁸: isto é, a ideia de tempo diferente da atual, provinda de uma explicação divina em que passado e futuro se encontram no presente³⁹; a ideia de que a verdade das coisas emanava de uma língua sagrada; e o fato da sociedade se organizar em torno e abaixo da figura central de um monarca, o qual tinha contato e era fonte de emanação divina (estando acima, portanto, dos mortais).

Diversos fatores, ao longo do tempo, determinaram a perda de domínio desses raciocínios na mente humana, entre os quais se destacam as transformações econômicas, os avanços científicos e sociais, além do desenvolvimento de meios de comunicação, cada vez mais velozes. Com isso, acredita Anderson, permitiu-se, primariamente, imaginar-se *comunitariamente* de modo mais individualizado, mas não ainda se haviam estabelecido condições para se imaginar *nacionalmente*, algo

³⁶ Anderson escreve sua obra teórica de nacionalismo, “Comunidades Imaginadas”, durante os choques do mundo comunista, em especial as guerras entre os países revolucionários da antiga Indochina, o que lhe causava espanto. Outro fator que lhe espantava, no que diz respeito ao nacionalismo, era o fato de criações humanas, as nações, causarem tanta comoção a ponto de causar sacrifícios em seu nome, e isto também lhe motivou a entender o fenômeno. Ele publica “Comunidades” em 1983, nos primórdios de um “boom” de estudos acadêmicos qualificados (como ele mesmo admitia) do termo nacionalismo. Anderson, tal como Gellner, era um homem “multinacional”: seu pai era um anglo-irlandês ligado à marinha chinesa, sua mãe era uma inglesa descendente de escoceses, e ele próprio, Benedict, era nato da China, com formação no Reino Unido - teve também longos períodos de estudos no Sudeste Asiático, onde se especializou, e depois se radicou nos Estados Unidos.

³⁷ Isso tem importância porque, para Anderson, a nação é um processo imaginativo e por isso que, ao longo de suas ideias, ele prefere enfatizar a palavra “imaginação”. Isto ficará mais claro no decorrer das próximas páginas.

³⁸ Isto não quer dizer que essas estruturas de pensamento tenham surgido uma após a outra - elas interagiram ao longo do tempo. Não se quer dizer também que todas tenham perdido domínio no campo do pensamento ao mesmo tempo - a expressão “perder domínio” é mais adequada do que, por exemplo, “decair”, pois estamos tratando do campo mental-psicológico.

³⁹ Isto quer dizer que na época da chamada “comunidade religiosa”, o corpo político-cultural que abarcava esse tipo de pensamento, não se tinha uma noção de simultaneidade temporal como a que temos agora, e tampouco havia uma descontinuidade entre os eventos do passado e do presente (Jesus não tinha traços semíticos, e sim caucasianos), assim como o futuro não era algo durável: Cristo viria logo e a qualquer momento. Este é uma noção de tempo que Anderson atribui como divergente da de “tempo vazio e homogêneo”, que atualmente impera em nossas mentes.

que foi apenas possível com o avanço das pretensões capitalistas de ampliação do mercado consumidor no campo tipográfico, o qual simbolizou o investimento, desde o século XV, nas línguas vernaculares europeias⁴⁰. Todavia, este movimento do “capitalismo tipográfico”, como chama Anderson, significou um papel histórico muito mais importante: o molde das línguas locais do continente, padronizando diversos dialetos em uma língua impressa padrão, no corpo da sua mercadoria (o livro, o jornal)⁴¹. Com isso, o capitalismo tipográfico criou as condições para a comunidade imaginada da nação, ao individualizar, pluralizar e territorializar⁴² cada vez mais as populações em torno das línguas impressas vernaculares.

Mesmo assim, ainda é difícil datar quando especificamente nasce a nação moderna - justamente por ser um processo imaginativo, de difícil controle. Porém, se sabe que ela e o nacionalismo (definido como um estado de amor profundo à nação⁴³) são oriundos do continente americano - mais especificamente das antigas colônias hispânicas e inglesa. Note-se que, ainda assim, o nacionalismo só é possível a partir do momento que se imagine a nação e que, no período histórico do “irredentismo americano”, a capacidade de se imaginar nesse sentido já era presente, graças ao processo prévio ocorrido na Europa.

Dessa forma, o nacionalismo moderno é um fenômeno datado de fins do século XVIII, cuja origem possui vinculação às experiências dos crioulos americanos inseridos na dinâmica colonial. A atuação crioula, que ocorre de modos esparsos e sem planejamento central, fornece, ao seu final, diversos conceitos e experiências que são, no século seguinte, entendidos como modelo a ser seguido. De todo modo, para fins acadêmicos, pode-se dizer que ali as ideias de Estado-nação e de condição nacional⁴⁴ [*nation-ness*] surgem. Todavia, para que esses conceitos pudessem ser entendidos e seguidos, era preciso, antes, imaginar a nação, e, neste sentido, dois fatores foram fundamentais: a atuação de jornais, fruto da expansão do capitalismo tipográfico nas Américas no século XVIII; e as jornadas dos funcionários crioulos ao longo do território colonial.

Os jornais, ao veicularem cada qual notícias locais, permitiram aos departamentos do Império Espanhol na América se imaginarem de modo individual, por meio da leitura realizada pelo seu público consumidor. Em um período de falta de tecnologia, vastidão territorial imperial e isolamento histórico dos

⁴⁰ O capitalismo esgotou o mercado leitor europeu, que era organizado apenas em latim.

⁴¹ Esse fator é determinante, pois, como poderemos constatar mais adiante, todo tipo de imaginação nacional só é possível, de acordo com Anderson, a partir de uma língua impressa e padronizada

⁴² Por meio de: conferir uma fixidez à língua impressa, permitindo sua pouca mutabilidade radical ao longo dos anos; aglutinar os leitores de línguas pertencentes ao mesmo espectro da língua impressa (os falantes de línguas próximas ao inglês, por exemplo, puderam se comunicar de forma não-oral com os falantes do inglês); diferenciar a língua impressa dos prévios vernáculos administrativos adotados pelas dinastias.

⁴³ Nesse sentido, explica Anderson, a maioria esmagadora dos produtos culturais do nacionalismo (como a poesia, a prosa, a música, dentre outros) confirma esse amor à nação. Ele prefere desprender a análise de que o nacionalismo anda ligado com o ódio ao outro e é gerador do racismo. Na verdade, são realidades que as produções culturais não comprovam, assim como o racismo é uma ideologia datada das aristocracias europeias e não-derivada do nacionalismo.

⁴⁴ Pode também ser entendido como nacionalidade.

departamentos, os leitores destes periódicos, apesar de conscientes da existência de outros súditos imperiais, não possuíam a ideia de simultaneidade⁴⁵ e, tampouco, um senso amplo de América. A partir do momento que os jornais começam esta “focalização” da comunidade, abriu-se uma porta para que os nacionalismos, no fim do século, se individualizassem e para a imaginação das nações locais. Além disso, no fim desse século, o processo de imaginação precisou ser fortalecido e consolidado, algo que muito se deveu às peregrinações do funcionalismo administrativo crioulo. Estes funcionários imperiais, que comumente se encontravam em suas jornadas de trabalho ao longo do departamento colonial (sempre nos mesmos lugares), nutriam o mesmo sentimento de inferioridade intrínseca e imutável em relação ao espanhol ibérico, assim como padeciam da dificuldade de escalar a postos mais altos dentro do funcionalismo colonial. Logo, seu movimento físico e suas perspectivas de carreira eram limitados, algo que estava diretamente relacionado com sua naturalidade. Essas condições para a sensação de “iguais” permitiram aos crioulos sentirem um laço de solidariedade e fraternidade entre si, o qual, naturalmente, vinha decisivamente atrelado à sua naturalidade americana. Nesse sentido, o argumento de Anderson é que as condições econômicas e as influências do Iluminismo e liberalismo foram importantes para os nacionalismos independentistas nas Américas, mas não seriam o suficiente para explicar sua eclosão, tampouco suas individualizações. Uma vez imaginada a nação, ela pôde pautar-se pela atuação política de grupos - fazendeiros ricos, comerciantes, profissionais variados (advogados, militares, funcionários locais e provinciais) - contra as Metrôpoles.

A experiência dos movimentos de libertação nas Américas chega à Europa como modelos definidos (já que estavam relatados por palavra escrita) e com um senso de efetividade que a eclosão dos novos Estados nacionais americanos estava deixando clara. Com isso, ela aos poucos vai sendo veiculada no continente europeu e é entendida como plano de sucesso a ser seguido: o Estado deveria se pautar numa língua, a soberania popular e a cidadania universal eram imperativos; tal como o republicanismo, o fim da escravidão, da servidão e da ideia de nobreza e seus privilégios⁴⁶. Mas algumas pautas podiam se adaptar, minimamente, a um contexto de fortalecimento dos vernáculos locais que já era presente e irreversível na Europa⁴⁷. Por meio do trabalho decisivo de estudiosos (nacionalistas ou não) dos vernáculos locais, os quais normatizam e estruturam, processualmente, os vernáculos particulares⁴⁸, o nacionalismo, pelas mãos de alianças e lideranças políticas distintas⁴⁹, pôde explodir de modo revolucionário ao longo do século XIX

⁴⁵ No caso hispano-americano, a vastidão e o isolamento provocam um fluxo demorado de informações chegando de outras partes imperiais. No caso norte-americano, o menor tamanho das treze colônias e sua integração permitiu fluxo rápido de informações, o que não levou à desagregação manifesta em nacionalismos locais, como ocorreu na América Latina.

⁴⁶ Podemos adicionar como contribuição americana as simbologias nacionais, como bandeira, hino nacional.

⁴⁷ Sem contar a consciência dos falantes de comunidades linguísticas de que suas comunidades precisariam de Estados nacionais: as línguas eram suas propriedades.

⁴⁸ Portanto, transformam-nas em línguas literárias - mas algo que seria impossível sem que o capitalismo tipográfico os tivesse dado formato impresso sólido e padronizado séculos antes.

⁴⁹ Temos de nobres até homens de negócios (variação natural das diferentes condições políticas). Estes todos “clientes” do trabalho feito pelos estudiosos dos vernáculos. De todo modo,

em diante⁵⁰. Adaptando levemente o entendimento do modelo americano em relação à posição do vernáculo (neste caso, profundamente central para a nação), a atuação desses nacionalismos logrou ela mesma agregar ao modelo uma veia populista profunda, transpondo limites estabelecidos pelos nacionalismos crioulos: era imperativo o fim total da servidão e da escravidão legal⁵¹. Assim, o modelo americano foi redesenhado em pontos específicos, ainda que respeitado em essência.

Esses nacionalismos empurram contra a parede diversos grupos de poder dominantes, dinásticos e aristocráticos⁵², e, portanto, a partir da metade do século XIX, esses grupos, de forma consciente, passam a adotar um programa nacional a seus domínios, como reação à pressão que as comunidades imaginadas nascentes e por eles dominadas estavam exercendo. A realidade também era outra: a ideia de nação estava cada vez mais em moda na Europa e os princípios de legitimidade não eram mais os mesmos, portanto⁵³. Essa postura, que veio com diversos programas políticos⁵⁴, Anderson nomeia de “nacionalismo oficial”⁵⁵, muito inspirado em diversas proposições dos nacionalismos populares de inícios do século, apostou em um essencial programa de educação centralizado e homogeneizante, no intuito de transformar as minorias em seres “culturalizados” na cultura do grupo dominante, através da imposição da língua obrigatória. Todavia, este entendimento transbordou as próprias linhas locais conforme, com a expansão do capitalismo, alguns dos grupos de poder de nacionalismo oficial foram se dirigindo para fora da Europa - assim, por exemplo, os letos seriam russificados, os romenos magiarizados, os indianos anglicizados. O sentido disso era que esses novos “seres de cultura” se tornassem aptos para ocupar o funcionalismo público; porém, seja na Índia ou na Hungria, estes pouco conseguiam ocupar muitas posições ou posições realmente

Anderson relata que na maioria dos casos era comum a aliança entre pequenos fidalgos, acadêmicos, profissionais liberais e homens de negócios. Nesta ordem, cada qual possuía uma função: “os primeiros forneciam os líderes de ‘posição’, os segundos e terceiros entravam com os mitos, poesias, jornais e formulações ideológicas, e os últimos colaboravam com dinheiro e instalações comerciais” (Anderson, 2008, p. 122).

⁵⁰ Também se deve destacar o aumento dos índices de alfabetização na Europa (só assim mais pessoas poderiam se imaginar, por meio da leitura).

⁵¹ Apesar de serem pautas entendidas do modelo americano, não significava que estas eram uma realidade defendida por todas as experiências americanas. Os EUA, por exemplo, mantiveram a escravidão após a independência.

⁵² Em momentos e circunstâncias diferentes, os finlandeses e letos empurravam os Romanov; os dinamarqueses e poloneses, os Hohenzollern; os romenos e eslovacos a elite magiar húngara, e por aí vai.

⁵³ Os grupos de poder, então, podiam apresentar-se como representantes da nação. As ideias de legitimidade divina não mais cabiam ao mundo moderno das nações.

⁵⁴ Os programas políticos são variados para cada caso, mas geralmente adotavam, em ritmos diferentes, a simbologia nacional, o programa de educação homogênea na língua oficial, uma militarização nacional (criação de exércitos nacionais, serviço militar obrigatório, dentre outros). Podia-se encontrar também: reescrita oficial da história, propaganda estatal organizada. Muitas dessas manobras tinham inspiração em ideias e conquistas dos vernaculares. Conforme o modelo oficial foi se tornando ideia clara e transparecia sucesso (muitas dinastias vinham avançando além-Europa), ele próprio pôde se tornar modular, estando no imaginário para outros interessados. Este foi o caso do Japão e do Sião (atual Tailândia), que o adotaram com motivos e pretensões distintos (porém, destaca-se o intuito japonês de ser grande potência).

⁵⁵ Anderson admite adotar a nomenclatura proposta por Hugh Seton-Watson (1977).

importantes: tal como os crioulos americanos, eram perpetuamente inferiores e seu movimento bastante limitado.

Naturalmente, esse foi um dos motivos principais para a imaginação nacional nas colônias europeias afora e para seus nacionalismos independentistas, surgidos no século XX, os quais Anderson nomeia de “terceira onda”. Nestas colônias, na África e na Ásia⁵⁶, o sistema colonial implantado passa a seguir os preceitos do nacionalismo oficial, aliando-se a outras realidades burocráticas de funcionalismo historicamente já adotadas em vários impérios. Não era mais possível, pelo tamanho dos impérios em expansão e pela multiplicação crescente de funções dentro da lógica capitalista, governar as colônias apenas com “nacionais”, e por isso era preciso aculturar os nativos, transformá-los na cultura europeia. Com isso, evoluiu-se o programa de educação hierarquizada, controlada, centralizada e baseada numa hierarquia geográfica prévia⁵⁷, e formaram-se diversos jovens intelectuais bilíngues. Todavia, levando-se em conta que o programa de jornada do funcionalismo funcionava mas não agregava a grande maioria desses jovens (todos eles com conceitos estrangeiros em mente, o nacionalismo entre eles), muitos se viam obrigados a voltar para seus lares regionais específicos (a vila, a cidade), de onde primariamente haviam saído. Essa consonância entre funcionalismo insatisfeito e produto intelectual não-aglutinado, geradora de insatisfação profunda e permeada pela condição eterna - recorrentemente racista - de inferioridade em relação ao colonizador, permitiu com que os jovens regressos, desvinculados das sólidas burguesias locais, reimaginassem o mapa da colônia, e, com isso, passassem a pregar comunidades imaginadas mais particulares, vertentes de nacionalismos independentistas⁵⁸. Em um mundo de inícios do século XX, onde o Estado-nação já

⁵⁶ Vale lembrar que a terceira onda não se refere apenas às colônias na África e na Ásia, mas estes são os casos em que Anderson prefere focar - particularmente Indonésia, Indochina e África Ocidental Francesa. Todavia, ele nos lembra do caso suíço, um nacionalismo tardio, que em sua opinião pode ser enquadrado como um nacionalismo de terceira onda, por surgir neste mesmo período em que o Estado nacional era norma internacional e em que já era possível modular a condição nacional de modo muito mais complexo que antes, e onde os meios de comunicação já estavam evoluindo rapidamente para além da palavra impressa (Anderson, 2008, p. 192-5).

⁵⁷ O sistema educacional nessas colônias provocava um movimento de peregrinação. Os jovens, que depois seriam os grandes líderes intelectuais pensantes dos nacionalismos coloniais, faziam sua formação em estágios, cada qual adequado a cidades diferentes. O último estágio geralmente era a capital da colônia. Com isso, deslocavam-se de seus lares ainda cedo e conforme avançavam, encontravam, nas salas de aula - adequados dentro do programa de educação rígido do nacionalismo oficial - outros jovens que faziam o mesmo movimento e vinham de outras localidades. Contudo, o limite do movimento educacional era quase sempre a capital da colônia - raramente alguém chegava a Londres, Paris ou Amsterdã. Outro fator interessante, contribuinte para a percepção geográfica de limites posterior dos nacionalistas coloniais, é que essas peregrinações educacionais também permitiam um senso territorial da colônia. As viagens entre os centros de ensino, e o próprio mapa colonial exaustivamente ensinado em sala, davam aos jovens (e também aos funcionários de origem nativa), um processo de imaginação territorial.

⁵⁸ Anderson aponta que essa desarticulação não ocorreu na Indonésia e por isso o nacionalismo indonésio permitiu se imaginar em fronteiras basicamente iguais às estabelecidas pelos holandeses. Os nativos da colônia, durante todo o período de dominação, mantiveram-se num programa bem-definido de educação centralizada de hierarquia geográfica e os jovens formados eram aglutinados pelo funcionalismo. O que quebrou a imaginação e fomentou a “particularização” na Indochina e na África Ocidental francesa, diz ele, foi a decisão dos colonizadores de desarticularem a hierarquia geográfica rígida e de não aglutinarem os jovens ao funcionalismo.

era norma, esses jovens podiam usar dos modelos anteriores como bem quisessem, aglutinando suas características preferíveis e avaliando a história em relação aos erros e acertos anteriores; sem contar que seubilinguismo lhes aproximou daqueles que não liam e o avanço das comunicações (enfatizemos o rádio) permitiu-lhes a oportunidade de espalhar a nação não só para os que não liam, mas também para aqueles que falavam outras línguas.

Assim sendo, as transformações, desde o século XVIII, do nacionalismo pensado como modelo denotam a sua natureza “moldável”; isto é, copiável, adaptável e redesenhável. Anderson não deixa de reafirmar esta percepção: o nacionalismo - tal como o capitalismo, o marxismo, a revolução - é um conceito inventado em um momento histórico definido, mas que não se pode reclamar a patente, estando aberto para quem quiser usá-lo (e como usá-lo). Neste sentido, não importam as condições, ele é adotado *apesar das condições* e passa a se condicionar aos interesses, aos fins que algum grupo deseja alcançar. A ênfase de Anderson, então, repousa mais na intenção de grupos e não necessariamente no fato de que a natureza do nacionalismo seja suscetível a essas falsificações e adaptações: na verdade, uma vez existente, não há como se controlar os rumos do conceito. Isso permite que se adaptem diferentes facetas do nacionalismo, diferentes “essências” e desenvolvimentos históricos do fenômeno; que se misture o modelo de nacionalismo oficial com traços do modelo vernacular revolucionário, por exemplo. Não há, portanto, barreira condicional⁵⁹ e de natureza político-social de sistemas para o que se pode fazer do nacionalismo, e sua herança está aberta para todos os lados, seja em direção ao programa do oficial, seja ao dos revolucionários vernaculares.

Podemos notar que a trajetória histórica do nacionalismo possui um ponto comum em todos os casos que central: a natureza da nação está na questão linguística. Sabe-se que a comunidade é imaginada e que é preciso que se a imagine para que exista um nacionalismo, mas isso somente é possível através de uma língua. Não importa se ela é o espanhol dos imperialistas ou o gaélico dos celtas, o que importa é que ela exista, pois é língua que permite a imaginação e a perduração da nação - que esta imagine seu passado e vislumbre seu futuro. Assim, básico para toda nação é que toda nação precisa de uma língua, pelo menos impressa, para se imaginar (Anderson, 2008, p. 189; 215)⁶⁰, sendo que ela também delimita a própria fronteira nacional⁶¹. Logo, todo tipo de imaginação é possível a partir de qualquer tipo de língua impressa, basta que haja condições para tal - as quais, lembremos, podem mudar dadas as particularidades⁶².

⁵⁹ Um exemplo claro, mostra ele, é a nacionalização das revoluções marxistas ao longo do século XX (Anderson, 2008, p. 199).

⁶⁰ A categórica afirmação de Anderson não deixa de ser extremamente ilustrativa: “*O que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não uma língua particular em si*” (Anderson, 2008, p. 190).

⁶¹ Ou seja, para usarmos um exemplo, a fala do português no Brasil mostra que esta nação não é a Argentina.

⁶² Adicionemos o ilustrativo exemplo indochinês, onde, ainda que durante curto período de uma geração e sob pequeno grupo, os colonizadores franceses provocaram a imaginação de uma condição nacional indochinesa em torno do francês - enquanto não desarticularam o programa de

Diante desses pontos, encontramos realmente confortáveis para especificar ainda mais o conceito de nação para Anderson, a esta altura familiar para nós, e para entendermos os detalhes sobressalentes da nação. A nação, então, pode ser entendida como uma comunidade imaginada, soberana e limitada⁶³, onde há um profundo senso de fraternidade e solidariedade entre seus “filhos”, os quais constituem um corpo coeso de estranhos que, todavia, sabem e têm consciência da existência simultânea de um e de outro⁶⁴. O ponto talvez mais interessante resida nesse *corpo de estranhos*: ainda que jamais se conheçam e talvez nunca troquem uma palavra na vida, eles ainda possuem um senso de fraternidade e comunhão para com o “filho da mesma terra”. Nesses eixos, então, encontramos a comunidade - apesar das desigualdades internas que possam haver -, e notamos que há um senso profundo de apego à nação, a qual se coloca em um mesmo patamar de coisas dadas, que nascem conosco e que não se pode mudar. Por isso, cria-se um vínculo profundo pela fatalidade do nascimento e, por isso, a nação pode demandar sacrifícios.

Conclusão

As considerações teóricas de Renan, Gellner e Anderson tiveram todas o seu grau de importância dentro das discussões sobre nação no continente europeu, seja no meio acadêmico ou não⁶⁵. Renan está mais preocupado em entender o porquê das nações serem criadas e como estas se mantêm apesar das adversidades; Gellner, por sua vez, está mais focado no processo de união entre a nação e o Estado, gerando o Estado nacional, e como o nacionalismo tem um papel de engenharia essencial nessa busca; e Anderson, por fim, preocupa-se com os sentimentos

educação central, coeso e controlado e não agravaram a assimetria entre o funcionalismo e os educados pedindo aglutinação. Mas vale adicionar que, mesmo que a educação centralizada da língua seja um meio geralmente efetivo para consolidar-se ou criar-se a imaginação, as condições históricas podem impedir que haja realmente uma nação sólida ali. Vale adicionar, também, que a nação, todavia, com o avanço das comunicações, pode ser imaginada mesmo sem uma comunidade linguística.

⁶³ Por “limitada” Anderson entende que a nação (por mais que, no campo da imaginação, fronteiras e limites sejam relativos e muitas vezes invisíveis) tem um limite imaginativo (mas que não necessariamente se adequa às fronteiras do Estado nacional, por exemplo), sabe-se da existência de outras nações; e por “soberana” Anderson entende que ela não possui superior na ordem externa e nem igual na ordem interna.

⁶⁴ Isso se liga diretamente ao fato da nação ser uma comunidade imaginada, e comunidades imaginadas se organizam nesse tipo de estrutura, por permissão do tempo vazio e homogêneo. O tempo vazio e homogêneo está ligado ao estado de consciência de que outros acontecimentos ocorrem ao mesmo tempo daquilo que estamos fazendo, e esse senso de acontecimento do “enquanto-isso” nos permite também imaginar que há outros seres no mundo. Nesse sentido, a outra faceta desse tempo complementa a outra ponta para ter-se o senso de comunidade: a cronologia, o tempo demarcado no relógio e no calendário. Portanto, há um conceito dentro do conceito: várias comunidades imaginadas são possíveis, não apenas a nação. Um jornal, por exemplo, ao criar ritos de consumo diário em horários definidos e organizar suas páginas a partir de acontecimentos mais recentes - mas sem qualquer conexão causal entre si -, por pura fatalidade do tempo cronológico cria um senso de comunidade imaginada entre seus leitores: eles imaginam outros fazendo o mesmo em diversos lugares do mundo.

⁶⁵ Até porque, como mostra Nascimento (2003), ainda não existem teorias sobre nação e nacionalismo que consigam, por si só, dar conta da explicação total das manifestações do objeto “nacionalismo”, assim como definir de modo magnânimo a nação.

psicológicos que a nação provoca em seus membros e em como é possível “se imaginar” de diversas formas, levando em consideração que haja comunicação.

A definição de Renan permite, ainda que de forma básica, explicar todos os casos de eclosões e perpetuações nacionais, mesmo em suas particularidades, uma vez que o central é a vontade das pessoas de pertencer. Com isso, podemos entender melhor, dentro da lógica renaniana, casos em que há uma homogeneidade cultural tamanha mas não há nação, ao passo que, numa face radicalmente diferente, há casos de corpos políticos com uma desintegração cultural, racial e/ou linguística profunda mas que ainda são nações. Portanto, Renan não está tão preocupado em estabelecer uma gênese precisa ou ambientar o espaço definido de nascimento da nação moderna, algo que se tornou, tempos depois, um grande enfoque dos estudos acadêmicos do termo⁶⁶ - sua busca pelo entendimento do termo está em sua aura filosófica. A nação provavelmente nasceu na Europa, uma vez que sua análise limita-se, basicamente, ao Velho Continente, mas isso não é essencial para entendê-la.

É aparente que Renan, desta forma, nutre mais pontos de contato com Anderson do que Gellner, mas isto não quer dizer que o último não complemente a percepção de Renan em alguma medida. Gellner subentende a questão psicológica, ainda que não a aprofunde: ora, o entendimento que permite a cooptação das massas pelos “agentes do despertar” é fortemente psicológico e sensitivo, abraçado ao senso de pertencimento e à “vontade coletiva”. Porém, o pensador franco-tcheco complexifica, mesmo que lidando com um recorte temporal diferente, as circunstâncias que permeiam a nação em seu dia-dia, ou seja, “após o Estado”; introduzindo variáveis que permitem “chacoalhar” tal vontade coletiva e instabilizar o senso de pertencimento contínuo. Logo, em outras palavras, estamos falando, sim, de “imaginação” e, por isso, a teoria de Gellner não é tão distante assim de Anderson e Renan. Mas é claro que as diferenças existem e devem ser consideradas: ainda que o contato teórico quanto ao “imaginativo” exista, o enfoque diferente de Anderson lhe permite enxergar processos equivalentes de modo menos “mecânico”, por assim dizer, que Gellner. Anderson referenda que todas as nações são possíveis, todas podem se imaginar, sem excluir, por causa disso, a possibilidade de “invenção”. Porém, ao mesmo tempo, o processo não é tão artificial quanto acredita Gellner e a criação e invenção podem se dar de maneiras não-conscientes, assim como uma cultura prévia autóctone não necessariamente é condição para imaginação. Nesse sentido, portanto, o mais essencial é que se imagine: o que vai mudar é apenas o estilo e o como da imaginação. Por organizar seu raciocínio nestes moldes, Anderson, então, permite que sua percepção amalgame diversos casos e ocorrências do nacionalismo, justamente por explorar essa faceta psicológica das nações, e amplia sua capacidade de explicação das mais distintas ocorrências.

Percebemos, portanto, que há um senso de complementariedade entre os autores, os quais, ainda que com diferenças teóricas e temporais, não deixaram de

⁶⁶ Como bem mostrou Nascimento (2003), estabeleceu-se toda uma linha de debate acadêmico a respeito de onde e quando a nação, como a entendemos, se formou.

dialogar e desenvolver pontos deixados um pelo outro. É natural que um fenômeno tão complexo quanto o nacionalismo gere esta possibilidade de complementação, pois em pouco tempo ele se apresentou em todos os cantos do mundo e das maneiras mais variadas. O certo é que nenhum dos três teóricos conseguirá explicar o fenômeno como um todo, mas a união de suas percepções pode sim nos possibilitar entender o nacionalismo de uma maneira mais completa, tão necessária para um avaliar algo tão complexo.

Referências Bibliográficas:

- ADAMEC, Martin. *Formação e Desenvolvimento da Identidade Nacional e da Nação Eslovaca - Eslováquia: um Estado sem Nação?*. Dissertação em Ciência Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- ANDERSON, Benedict *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2008..
- ANDERSON, Benedict. “Long-distance Nationalism: World Capitalism and the Rise of Identity Politics”. *Center for German and European Studies*, p. 01-14, 1992.
- ANDERSON, Benedict. “Introdução”, em BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. “O Nacionalismo: Variações acerca de um velho tema; em debate com Ernest Gellner”. *Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980*. Brasília: Editora UnB, 1981.
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell Publisher Limited, 1983.
- GELLNER, Ernest. *Thought and Change*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília: Editora UnB, 1981a.
- GELLNER, Ernest. “Perguntas e Respostas”. *Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980*. Brasília: Editora UnB, 1981b.
- GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”, em BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MELLO, Renato de. “A nação de Renan”. *CALIGRAMA*, volume 04, p. 139-142, 1999.
- MERQUIOR, José Guilherme. “Ernest Gellner e as Liberalizações Políticas”. *Gellner na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 17 a 20 de março de 1980*. Brasília: Editora UnB, 1981.

NASCIMENTO, Paulo César. “Dilemas do Nacionalismo”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, volume 56, p. 33-53, 2003.

RENAN, Ernest. “Que é uma Nação?”. *Plural*, volume 04, p. 154-175, 1997.

SETON-WATSON, Hugh. *Nations and States. An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Boulder, Colo.: Westview Press, 1977.



Recebido em setembro de 2020

Aceito para publicação em outubro de 2020